

Dos meandros às serras: o habitat sertanejo na conformação imagética da paisagem mogiana

DOI: 10.20396/labore.v13i0.8652925

Submetido 13 jul. 2018.

Aceito 19 dez. 2018.

Publicado 03 jul. 2019.

Jéssica de Almeida Polito

<<https://orcid.org/0000-0002-5556-6699>>

Pontifícia Universidade Católica de Campinas / Campinas [SP] Brasil

Jane Victal Ferreira

<<https://orcid.org/0000-0002-4251-4830>>

Pontifícia Universidade Católica de Campinas / Campinas [SP] Brasil

RESUMO

Entre vales, campos e serras, na região de fronteira entre os territórios administrativos de São Paulo e Minas Gerais, configurou-se uma paisagem cultural plural, multifacetada e profundamente relacionada com as possibilidades da terra. Aqui identificada por Paisagem Mogiana, local de fluxo e convergência de muitos entes entre os Século XVII e XIX, teve sua configuração e significado alterado pelo material e o simbólico. De modo amplo, as questões apresentadas contribuem para a compreensão do jogo de avanços e recuos referentes aos limites administrativos paulistas e mineiros, até meados do Século XIX. O delinear de um modo de vida às barrancas dos rios, faz surgir um tipo de sertanejo adaptado às potencialidades daquela terra, como consequência de um processo de enraizamento. Se em um primeiro momento o conhecimento sobre a paisagem esteve relacionado a um modo de vida e cultura nativa, em que as relações entre matéria e espírito se apresentavam de modo indissociável e conferiam a ela um aspecto sagrado e místico; noutro, com a inserção de novos agentes sociais e heranças diluídas de uma cultura cristã adaptada às condições hostis do sertão, teve seu significado atrelado à lendas da cultura medieval portuguesa. Em um terceiro momento, mediante os ideais progressista e cientificista, tem-se a desconstrução dos dois primeiros significados, passando a corresponder aos anseios de fiscalização, organização e avanços quanto ao domínio territorial. A passagem do segundo para o terceiro momento associa-se, também, à chegada de novos aportes tecnológicos como as linhas de telégrafos e estradas de ferro — incluindo-se como marco a promulgação da Lei de Terras, em 1850 — em conjunto, estas mudanças acabam por inserir o indivíduo sertanejo em uma nova dinâmica, sem a possibilidade de retorno à estrutura anterior.

PALAVRAS-CHAVE

Paisagem cultural. Mogiana. Urbanidade regionalista. Serra de Mogyguassu. Sertanejo. Imaginário.

From the sinuosity to the mountains ranges: the dwelling of the backwood man in the mogiana's landscape conformation image

ABSTRACT

Between valleys, fields and hills, in a border region between the administrative governments of São Paulo and Minas Gerais, it configures a pluralistic cultural landscape, multifaceted and deeply related to the land's possibilities. Identified by Mogiana Landscape, place of flow and convergence of many entities, between the 17th and 19th centuries, had its configuration and meaning by material and symbolic. The questions presented contribute to the understanding of the advances' game and retreats referring to the administrative boundaries of São Paulo and Minas Gerais, up to the middle of the 19th century. The delineation of a river ravines lifestyle, gives rise to a kind of backwoods adapted to the potentialities of that land, as a consequence of a process of rooting. If at first the knowledge about the landscape was related to a lifestyle and native culture, in which the relations between matter and spirit presented themselves in an inseparable way and conferred to it a sacred and mystical aspect; in the second, with the insertion of new social agents and diluted inheritances of a Christian culture adapted to the hostile conditions of the rural areas, had its meaning linked to the legends of Portuguese medieval culture. In a third moment, through the progressive and scientific ideals, there was the deconstruction of the first two meanings, coming to correspond to the yearnings of inspection, organization and advances in the territorial domain. The passage from the second to the third moment is also associated with the arrival of new technological contributions such as the telegraph lines and railroads — including the enactment of the Land Law, in 1850 — together, these changes end up inserting the rural neighbors into a new dynamic, without the possibility of a return to the previous structure.

KEYWORDS

Cultural landscape. Mogiana. Regional urbanity. Mogyguassu mountains ranges. Backwood man. Imaginary.

1. Introdução

Entre vales, campos e serras, na região de fronteira entre os territórios administrativos de São Paulo e Minas Gerais, configurou-se uma paisagem cultural plural, multifacetada e profundamente relacionada com as possibilidades da terra. Estudá-la é como vislumbrar o labor arqueológico, intentando-se identificar, uma a uma, as camadas participantes da formação de uma paisagem cultural. E assim, lançar luz sobre aspectos complementares do próprio processo de urbanização brasileiro.

Sobre esta paisagem, aqui identificada por Paisagem Mogiana (Figura 1), encontra-se um meio natural irrigado por rios perenes e caudalosos, serpenteantes devido à topografia de colinas dissecas, cujas nascentes se encontram em um complexo de maciços rochosos, no sentido oeste, que corresponde ao prolongamento da Serra da Mantiqueira.

Servindo de baliza natural entre o Planalto Atlântico e a Depressão Periférica Paulista, esta cadeia de montanhas atualmente é referenciada como “maciço de Poços de Caldas” ou “Serra do Caracol”. Contudo, conforme a correlação realizada por Orville Derby, no ano de 1896, era esta mesma serra frequentemente identificada nas cartografias do século XVIII por “Serra do Mogyguassu”, por nela estar localizada a nascente do rio de mesmo nome.

A origem deste relevo está associada a uma manifestação vulcânica ocorrida há milhões de anos, da qual também proveio o formato circular que apresenta. Nesta “caldeira” minavam águas sulfurosas e hidrominerais, fazendo com que na serra e em seu entorno imediato existissem charcos e olhos d’água — uma situação diferenciada dos terrenos mais adiante e que suscitava a curiosidade e a imaginação daqueles que por lá passavam.

Esta serra carrega consigo algumas lendas que acabaram por influenciar na dinâmica de ocupação das terras ao seu redor, na medida em que novos significados eram-lhe atribuídos com o passar do tempo e culturas que lá se sobrepuseram e dialogaram. De modo amplo, as questões aqui apresentadas contribuem para a compreensão, em parte, do jogo de avanços e recuos referentes aos limites administrativos paulistas e mineiros, até meados do Século XIX.

No entanto, é válido destacar que outrora as cercanias da Serra do Mogyguassu haviam sido denominadas por sertão. E por este termo, conforme esclarece o dicionário Raphael Bluteau (1728, p. 613), tinha-se a *região apartada do mar & por todas as partes metida entre terras*. Eram terras inicialmente distantes ou pouco conhecidas pelo agente colonizador, mas que pouco a pouco foram sendo mapeadas, visitadas, representadas e imaginadas.

Neste processo de constituição do próprio território brasileiro, a referida serra recebeu diversas correspondentes: lugar místico, infernal e, posteriormente, curativo — implicando diretamente na lógica de organização de seu entorno.

Se em um primeiro momento o conhecimento sobre a paisagem esteve relacionado a um modo de vida e cultura nativa, em que as relações entre matéria e espírito se apresentavam de modo indissociável e conferiam à paisagem um aspecto sagrado e místico em virtude dos poderes curativos de suas águas; num segundo momento, com a inserção de novos grupos sociais e heranças diluídas de uma cultura cristã adaptada às condições hostis do sertão, as águas sulfurosas converteram-se em caldeiras demoníacas — ocorrendo a associação dessas com a lenda medieval da Caldeira de Pedro Botelho. Em terceiro, mediante os ideais progressista e cientificista, tem-se a desconstrução do antigo imaginário e a associação das águas às questões da saúde e cuidados médicos.

A passagem do segundo para o terceiro momento associa-se, também, à chegada de novos aportes tecnológicos como as linhas de telégrafos e estradas de ferro — incluindo-se como marco a promulgação da Lei de Terras, em 1850 — em conjunto, estas mudanças acabam por inserir o indivíduo sertanejo em uma nova dinâmica, sem a possibilidade de retorno à estrutura anterior.

A ação humana é produtora de cultura e dela participa o meio enquanto lugar das atividades (Correa & Rosendahl, 2014). Assim, as ressignificações da paisagem decorrem da compreensão do Homem enquanto indivíduo no mundo, ao passo que lhe atribui sentido e valores.

A Serra do Mogyguassu era cortada por dois grandes vales correspondentes ao leito do rio Mogi Guaçu e Pardo, os quais compunham um sistema de comunicação, permitindo a circulação de indivíduos. Esses vales representavam uma correspondência mística explicitada pelas referências à Cobra Grande, e tantos outros

animais que circulavam aquelas matas, como a anta, a ema e o cervo, por exemplo. O caráter místico denota a cosmovisão onde o bem e o mal se fundiam e possibilitavam uma leitura espacial organizada.

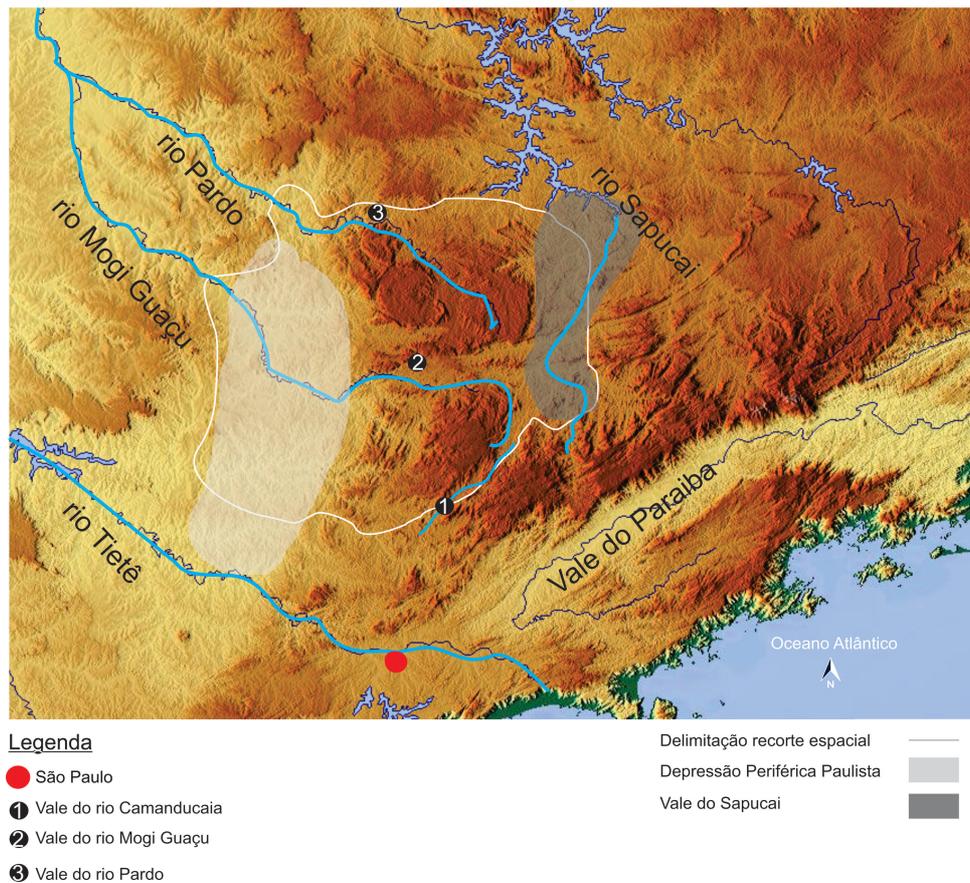


Figura 1. Identificação da paisagem mogiana. Fonte: Polito, 2018.

A presença de animais e rios somava-se à fertilidade e variabilidade dos solos dessa região. Variando entre os seguintes tipos de solo: neossolo litólico distrófico, cambissolo húmico distrófico, cambissolo háplico tb distrófico, argissolo vermelho-amarelo e latossolo, tais terras permitem a produção de milho e mandioca, pastoreio e agricultura de subsistência (Santos et al., 2018), atividades comprovadamente recorrentes entre os antigos habitantes da região.

De acordo com Alfred Métraux (1949), os povos tupinambás que ocupavam a região litorânea e os interiores da Serra da Mantiqueira tinham na mandioca o seu principal alimento. O termo Mantiqueira, originário do idioma tupi, tem na junção *aman* (montanha) e *tikira* (que goteja), o seu significado, podendo remeter a duas imagens aparentemente distintas. A montanha que goteja, pode assumir dois significados. O primeiro deles, relacionado às muitas nascentes encontradas em sua extensão e que do gotejar, isto é, do brotar das águas, provem muitos dos rios que permeiam a paisagem em tela. O segundo, no entanto, se relaciona ao sagrado.

Tikira era o nome dada à bebida sagrada tupinambá e registrada por Hans Staden (1900) no episódio de seu cativo entre os nativos. Correspondia a uma espécie de aguardente produzida com mandioca pelas índias mulheres e virgens. Estas bebida exercia sobre eles verdadeiro fascínio dado ao estado de alucinação e embriagues causados por suas propriedades. Daí então que os efeitos alucinógenos da bebida afetavam as percepções sensoriais dos indígenas, causando associação às manifestações dos espíritos que, segundo a cultura, coabitavam as matas. A *tikira* era também consumida em rituais sagrados ou após vitórias nas batalhas entre as tribos (Staden, 1900).

A denominação de “Serra do Mogyguassu” é originária do tupi antigo (Navarro, 2013), mas aportuguesada nas cartografias de época. Por *aman tikira* era conhecido todo o complexo de cadeia de montanhas, caracterizado por certa linearidade e grandes altitudes que vertiam águas e forneciam condições favoráveis ao cultivo da mandioca.

Outra importante observação atrelada à possibilidade do cultivo da mandioca remete à produção de mantimentos mais duráveis, sobretudo farinhas utilizadas em situações de grandes caçadas ou guerras. As muitas

possíveis formas de alimentação a partir da mandioca fizeram com que Padre Anchieta, na ocasião de seu cativo, a descrevesse como *pão da terra* (Anchieta, 1560).

Os estudos de salvamento arqueológicos realizados na região do vale do rio Mogi Guaçu por pesquisadores do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP) apontam que as características argilosas dos solos eram favoráveis à confecção de utensílios cerâmicos pelos grupos tupinambás. Os fragmentos coletados estabelecem relações com o tipo de alimento neles preparados — a existência de utensílios sem tampas estava relacionada ao preparo da mandioca, já que o preparo do milho estava vinculado aos vasilhames com tampa (Moraes, 2007).

Staden (1900) igualmente comentou sobre isso. Do milho era preparado outro tipo de bebida sagrada, igualmente inebriante, denominada de Cauim e muito apreciada entre os grupos do ramo Guarani.

Antes mesmo da chegada do colonizador, a paisagem em tela representava uma espécie de fronteira entre os nativos, segundo suas lógicas e cultura. A noção de território não se atrelava à terra em si, mas ao que ela oferecia de provisão, conforme também comentou Moraes. Deste modos, as lutas e as fronteiras entre os nativos tinham, em parte, a sua justificativa nos alimentos, animais e rios existentes.

Métraux (1949) salienta que a ocupação Guarani se fazia mais presente nas porções sul do Brasil e às margens dos cursos hídricos tributários do rio Paraná. O rio Tietê assumiria, então, o papel de elemento limítrofe entre os assentamentos destes e dos Tupinakin — denominação que segundo o referido autor era atribuída aos tupinambás residentes no interior do continente, por aqueles que se consideravam os verdadeiros Tupinambás. Ou seja, os residentes na costa litorânea. Tupinakin teria, então, uma conotação pejorativa entre os povos tupis, por não estarem associados diretamente às paisagens marítimas.

Os rios Mogi Guaçu e Pardo correspondem a berços naturais para a desova dos peixes — a piracema. Desde a ocupação nativa, a piracema era um importante evento no calendário, sendo sempre associada aos períodos de cheias dos rios e as estações das chuvas.

Solos irrigados, fartura de peixes, terras apropriadas para o cultivo da mandioca somavam-se à topografia de clima estável, viabilizando os assentamentos na região. Apesar da cultura indígena se caracterizar por um descolamento relativamente frequente, ele se restringia a certos limites, ocasionando, de tempos em tempos, o retorno às antigas áreas.

Os indígenas apresentavam concepções místicas do território, sobressaindo uma noção de espíritos e seres superiores que explicariam a própria natureza, as intempéries, o perfil da paisagem, a passagem do tempo e o próprio cotidiano. Portanto, o elemento água correspondia a um valor simbólico. A água saciava a sede, fornecia alimento, permitia o deslocamento, irrigava o solo, abrigava os peixes, curava doenças, banhava-lhes o corpo, destruía plantações – possuía espírito próprio.

Neste imaginário, os rios também eram a morada de animais extraordinários. A paisagem cultural que circunda a Serra do Mogyguassu apresentava uma unidade que provinha desta cultura nativa e se materializava espacialmente sob a forma das antigas ocupações (Caldarelli, 1983). Segundo Germano Afonso (2004), os indígenas perceberam que as atividades de caça, pesca, coleta e lavoura estavam sujeitas a flutuações sazonais e procuravam desvendar as fascinantes mecanismos que regem esses processos para utiliza-los em favor da sobrevivência da comunidade. Assim, conhecer o céu, os movimentos dos astros, o caminho do sol, as fases da lua e o desenho que as estrelas fazem no céu noturno eram conhecimentos necessários à sobrevivência.

A Paisagem Mogiana, a princípio, era um território Tupi que apresentava uma bela, curiosa e ao mesmo tempo coerente unidade. Parte da Etnoastronomia a compreensão das relações entre céu e terra segundo a cultura indígena, assim como a observação das estrelas, as quais eram organizadas sob a forma de constelações e apresentavam correspondentes terrestres. A presença abundante de certo animal em certa época do ano era diretamente relacionada com a sua forma celeste. Havia, entre os tupis, aproximadamente trinta constelações, segundo Claude Abbeville (1612) — que conviveu entre os nativos durante quatro meses e realizou alguns registros, no entanto, não registrou todas as trinta constelações, mas apenas algumas a partir das quais os estudos de etnoastronomia foram desenvolvidos.

Curiosamente, a constelação da cobra grande (M'boi guassu), da cobra pequena (M'boi-mirim), da Anta, da Canoa, da Ema e da Onça ganham aqui destaque, pois alguns rios da região curiosamente detêm os mesmos nomes destas seis constelações e todos eles nos arredores da caldeira.

2. O habitante das barrancas, o sertanejo mogiano

Rios, colinas dissecadas, vegetação rasteira, animais, solos e assentamentos. Em síntese, era esta a paisagem dos antigos moradores antes do contato com o homem branco colonizador. Os indígenas tupinambás eram povos das águas (Métraux, 1949), e isso permite a compreensão dos primeiros assentamentos pós-contatos.

Nas aldeias haviam espaços bem definidos para o plantio, abrigo e convivência, e se organizavam de maneira associada, compondo um ambiente maior denominado de Tekohá. Este, então, era um sistema de ocupação e demarcação territorial que expressava a unidade de um grupo e se baseava na busca por locais com diversidade de micro ambientes ou ecozonas (Souza, 2014), a fim de terem produtos variados.

Às margens do rio Mogi Guaçu, as pesquisas de salvamento arqueológico apontam para assentamentos à beira-rio. Interessante observar que nessa mesma região, em local denominado Cachoeira de Cima, teriam se estabelecido os primeiros bandeirantes que estavam a procura de minérios nas margens deste rio, em meados do século XVII (Polito, 2013) — indicando um período de ocupação mista, trocas culturais e ressignificações da paisagem.

O sertão enquanto habitat, lugar das vivências e soma de entes e modos de ser apresentou estruturas de organização precedentes às estruturas estabelecidas pelo governo português, que por sua vez tinha na rede de vilas, freguesias e capelas o seu sustento. Do contato do português com os indígenas foi sendo reconhecida e constituída uma rede de caminhos, trilhas, sítios, pousos e rancharias dispersos.

Em um contexto onde o conhecimento sobre o sertão se pautava nas investidas, relatos e produções de quem por ele se embrenhava; cores, relevo e animais exóticos suscitavam lendas e um imaginário preenchido pela oralidade.

O reconhecimento e a organização simbólica atribuíam contornos a um território igualmente simbólico, desassociado, em parte, das regras administrativas do governo português e, enquanto habitat, marcado pelos laços afetivos e vínculos estabelecidos com a terra muitas vezes herdados de seus moradores nativos.

Do processo de andanças e descobertas, reconhecimento e construções simbólicas da paisagem, configurou-se uma população com hábitos, produções, modos de vida adaptados às possibilidades do sertão, às suas ofertas naturais e recursos. A presença destas personagens e o modo como cada grupo se relacionava com o meio fez surgir um território que Ellis Júnior (1948) retratou como sendo a “Paulistânia” — na qual se inseria as cercanias da Serra do Mogyguassu.

Do ritmo marcado pelo constante deslocamento, em grande parte motivada pela busca por minérios, surgia uma estrutura caracterizada pela dispersão — possivelmente realocáveis, em atendimento às demandas daquele contexto. Se por um lado esta paisagem remetia a uma possível situação de isolamento, em virtude de seu caráter quase autóctone, por outro, verificava-se aí áreas de serviço e de sociabilidade.

As águas sulfurosas, já bastante conhecidas pelos indígenas, demarcavam o local da cura. Reforçavam o caráter mítico. Da herança cultural, a simbiose entre matéria e espírito permanecia presente: se raios eram associados à chegada de epidemias, as águas e a serra eram associados à bonança. Em meio a essa paisagem, as instalações efêmeras e próprias aos constantes deslocamentos ritmavam a ocupação, servindo alguns deles como núcleos embrionários das urbes paulistas e mineiras.

O sertão não era alheio ao contexto da colônia. Refletiam sobre ele as questões políticas, econômicas, culturais e administrativas da Coroa Portuguesa – cujas consequências se fazia perceber não apenas pelas redefinições das fronteiras imaginárias entre sertão e território civilizado mas também pela constituição de sua população e o seu processo de enraizamento. Em especial nessa região, tal processo pôde ser melhor observado desde os emblemáticos conflitos que configuraram a Guerra dos Emboabas, entre 1708 e 1709. Aqueles que a historiografia sinaliza como “reentrantes”, correspondiam, em parte, aos que retornaram às paragens da Serra do Mogyguassu e de maneira associada às concessões de sesmarias — por posse ou como agregados — estabeleceram morada.

Para além deste modo de ocupação, a identificação entre os circundantes fomentada por laços de parentesco, vizinhança e cooperação mútua e a própria leitura e interpretação da paisagem possibilitavam a esses indivíduos se localizarem no mundo por eles compreendido. A partir do momento em que esse processo de enraizamento se intensificou, o conhecimento herdado das matrizes indígenas e lusitanas foi direcionado à economia de subsistência — originando um tipo humano de comportamento peculiar, de ocupação dispersa,

de traços característicos, conhecedor da natureza e das estações climáticas e com o mínimo de sociabilidade ao qual a literatura denominou por caipira (Candido, 2017).

Conforme apontado por Antônio Candido (2017) e Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973), a sociabilidade desses indivíduos estava pautada na não necessidade do trabalho compulsivo, uma vez que à sua frente havia o sertão das inúmeras possibilidades. Isto se aplicava à produção agrícola que, dado a técnica produtiva de subsistência, carecia do deslocamento para o replantio em terras ainda não exploradas, gerando uma preservação dos hábitos do homem do campo. Por consequência, surgia o povoamento disperso, *uma congregação por cooperações vicinais e pela vida lúdico-religiosa denominada “bairro rural”* (Cordova & Victal, 2016).

Assim, esses bairros dispersos e os caminhos constituíam uma rede marcada pelas distâncias relativas, pelos balizamentos etnoterritoriais, pelas referências simbólicas e, sucessivamente, pela fundação de novas vilas e freguesias na medida em que o sertão passava a ser incorporado aos domínios da Coroa.

Os balizamentos etnoterritoriais e as referências simbólicas se justificavam pelo fato de que no decorrer do processo histórico, tantos outros grupos foram somados à paisagem, em comunidades.

A paisagem não se resumia aos caipiras. Dela participaram também os indígenas, os portugueses, os negros, os ciganos e os filhos deles — vindo a compor a população sertaneja dessa região, fazendo nascer uma paisagem cultural plural e multifacetada. Uma espécie de mosaico em que cada grupo se estabelecia em locais condizentes com seus interesses ou necessidades. Ao mesmo tempo em que isso gerava um conhecimento sobre a existência do “outro”, também conferia novos significados à paisagem, mediante as diferenças étnicas e as atribuições simbólicas.

O termo sertanejo se relaciona a um modo de vida consolidado a partir do rústico, do disperso, da mobilidade, do sentido de comunidade, de pertencimento e do sociável, porém dotado de nuances. Não deve ser confundido ou assimilado aos demais entes; sendo que todos eles podem ou não estar inseridos na dinâmica sertaneja.

Os sertanejos das cercanias da Serra do Mogyguassu herdaram, em muitos aspectos, traços da cultura tupi. Contudo, se diferenciavam dos demais sertanejos brasileiros devido ao local e ao modo de utilizarem a terra. Estavam às margens dos grandes centros mineradores, podendo eles exercerem eventualmente esta atividade. Ocupavam predominantemente as barrancas dos rios e em meandros ou entroncamentos hídricos, tal qual faziam os nativos. Criavam animais em terra firme, extraíam alimentos das matas. Não avançavam sobre o topo das serras circundantes, mantendo-se quando muito na encosta. Contavam com a presença marcante de bandeirantes e suas famílias, atribuindo-lhes outro traço peculiar. Possuíam profunda relação com as águas, seus assentamentos sempre próximos aos rios, contando com a navegabilidade.



Figura 2. Rios que serpenteiam. Fonte: Polito, 2018.

Em maior ou menor escala, todos os rios apresentam a características de ter a plasticidade serpenteante muito marcada — o que decorria das condições de relevo: as colinas dissecadas. Esse serpentejar das águas despertava temores e o caráter simbólico ainda atribuído pelos indígenas se manteve preservado até finais do século XIX. Da tradição tupi provinham as muitas lendas e mitos que associavam a origem das tribos dessa região à origem dos rios e à presença da Cobra Grande.

Contudo, a paisagem que ocupavam detinha ao centro uma caldeira de onde vertiam águas sulfurosas e hidrominerais que curavam moléstias. Seus assentamentos predominantemente alocados nos meandros dos

rios despertam a atenção — a plasticidade dos cursos hídricos remete à lenda da Cobra Grande. O sertanejo mogiano corresponde ao indivíduo que habita a região dos rios que serpenteiam, posto que em tupi guarani o termo Mogi (M'boi) corresponde ao serpentear. Era o indivíduo que surge com as águas, tal qual as águas que brotam da paisagem.

3. Novos olhares para a paisagem: a Caldeira de Pedro Botelho

No entanto, foi a partir de 1698 quando as primeiras jazidas de minérios foram encontradas no que depois seria Minas Gerais que o processo de fixação pôde ser melhor observado. O Século XVIII foi o tempo das intensificações dos processos de ocupação e das disputas territoriais entre sertanejos e governo, freguesias e bispados, e os governos das então Províncias de São Paulo e Minas Gerais.

O cenário produtivo, diversificado, relacionado ao mercado interno e embrionários de uma urbanidade que viria a se expressar com mais desenvoltura nas próximas décadas, indicavam o processo de reestruturação pelo qual a paisagem estava passando. Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973) comentou que no tocante dos bairros rurais, estes nem sempre apresentavam práticas religiosas, dado a inexistência de capelas em seu início — em alguns casos a vida religiosa se desenvolveu a partir da chegada de um novo integrante, que trazia consigo influências diluídas de uma cultura europeia.

O declínio da mineração acabou por impulsionar muitas pessoas para a região de fronteira entre São Paulo e Minas Gerais, que a esse tempo estavam sendo disputadas por seus respectivos governantes, desde 1765.

A rede de bairros rurais gradativamente aumentava naquele sertão, fazendo com que cada vez mais alterasse o seu caráter. A Serra do Mogyguassu e suas águas eram conhecidos pelos habitantes por seus poderes medicinais, repassados pela cultura indígena. Também sabiam dos benefícios para a engorda do gado. Contudo, do processo civilizatório cada vez mais intenso ocorreu a conversão da lendas em temas bíblicos, reconfigurando o imaginário da população de modo a doutrinar e melhor controlar aqueles indivíduos.

O discurso do Jardim do Éden e a serpente enquanto símbolo do mal fora transplantado para o Mogyguassu (cobra grande), conferindo-lhe ares sombrios. As águas e os espíritos da montanha que curava passaram a ser correspondentes da Caldeira de Pedro Botelho. Na tradição medieval portuguesa, Pedro Botelho era um dos nomes populares do Diabo, e o formato da montanha, com suas águas sulfurosas e seu cheiro de enxofre foram elementos bastante sugestivos.

A lenda da Caldeira de Pedro Botelho corresponde a um imaginário cristão em que, pela caldeira, o Diabo tinha contato direto com o mundo terreno. Nos arredores deste caldeirão, gotas de água emergiam da terra como janelas para os maus espíritos vigiarem e rondarem a população (Pontes, 2004). Em uma montanha de formato circular, cuja fonte sulfurosa com mais propriedades curativas vertiam a 45°C, e os arredores da Serra cravejados por nascentes e poços os quais a população denominava por “Olhos D’água”, tem-se que a Serra do Mogyguassu virou a morada oficial de Pedro Botelho.

A grande maioria não ocupava aquelas terras, temendo deparar-se com o Diabo. Este quadro de temores tinha as suas vantagens. Protegidos pelo medo que os cristãos tinham da serra, os negros e outros foragidos tinham nela um refúgio conveniente.

Já as Minas Gerais estavam exploradas e povoadas, quando alguns caçadores portugueses vieram achar no meio do sertão as nascentes fumegantes. As antas esquívas corriam a dessedentar-se nas barreiras da mata; os caçadores voavam atrás delas; — e alguns deles, um dia, pasmaram, vendo que um dos bebedouros dos animais do sertão era uma toalha d’água fervente, de cuja face redomoínhante subiam línguas de fogo. O acaso, deus misterioso, de olhos cerrados à luz, ainda é e sempre será, neste incerto mundo, o grande descobridor dos tesouros (Pontes, 2004, p. 72).

Línguas de fogo, cheiro de enxofre e águas ferventes. Os bairros rurais identificados na pesquisa que deu origem a esta publicação não se aproximavam da Serra do Mogyguassu (Figura 3). Mantendo-se, no máximo, à encosta.

Quando o catolicismo foi introduzido oficialmente nos sertões, teve início um processo de reconstrução da paisagem. Todos os milagres terapêuticos antes atribuídos às águas passaram a ser atribuídos à misericórdia de Deus e à intervenção generosa dos santos (Pontes, 2004).

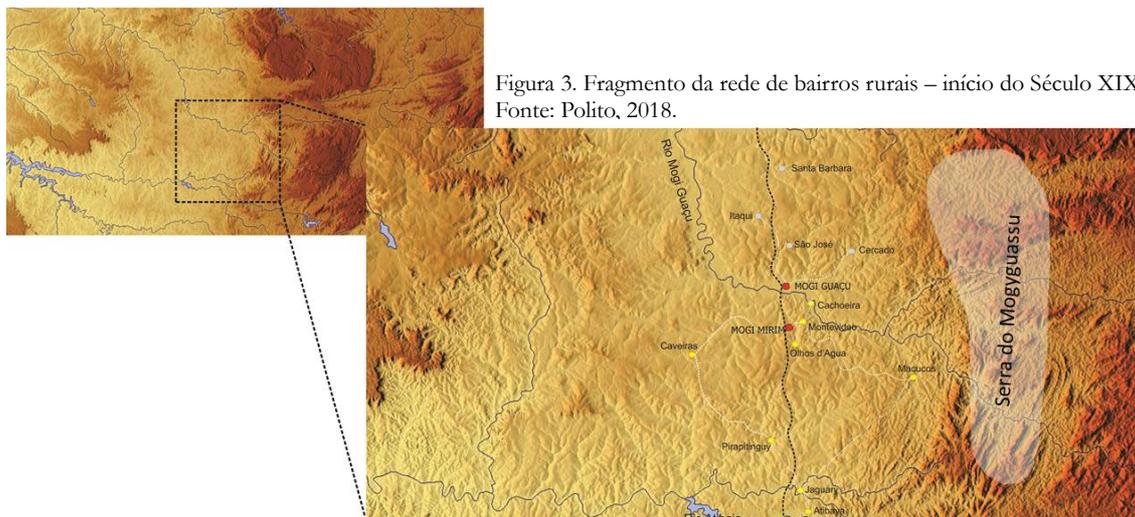


Figura 3. Fragmento da rede de bairros rurais – início do Século XIX.
Fonte: Polito, 2018.

No entanto, à luz da ciência, as águas ferventes não passavam de águas sulfurosas com funções medicinais. O registro mais antigo que se tem sobre a lenda de Pedro Botelho nas Serras do Mogyguassu remete aos anos de 1783, quando o então governador da Capitania de Minas Gerais enviou ofício ao Ministro Cunha de Melo, relatando sobre a descoberta daquelas minas de água.

Pellas asíduas recomendações qe. tenbo feito e faço a todos os comandantes dos districtos d'esta Capitania sobre todos os conhecimentos físicos e naturais qe. me puderem adequerir, hum dos mais uteis qe. novame. se tem conhecido be o de haver aparecido huas aguas termais tam virtuosas qe. tem curado entre varias molestias a do grande Mal da Lepra qe. tanto persegue este Continente Americano.

[...] *Do mesmo lugar já havia hua ignorante noticia, e bem própria do povo pouco iluminado, de qe. naquele mesmo Citio andava o Diabo, por se ter visto aparecer por varias vezes Lanças de Fogo tam fortes e tam enxofradas, qe. havião chegado a queimar os matos de hua grande parte da sua circumferencia, e com o terrível cheiro do dito enxofre [...]*” (Pontes, 2004, p. 71).

As águas termais já eram conhecidas dos portugueses que detinham similares elementos compositivos em Caldas da Rainha, atualmente uma cidade do distrito de Leiria, situada na Província da Estremadura. O cientificismo tratou rapidamente de desmistificar a Serra, momento à partir do qual começaram a ser difundidos os nomes de “Serra de Caldas” e, posteriormente, “Poços de Caldas”. Em ação ao controle e domínio dessa região que poderia corresponder aos interesses econômicos da Capitania, teve início o povoamento com a formação do arraial. Isto é, a sobreposição de uma nova lógica de organização territorial sobre um território anteriormente delimitado pelas vivências e vínculos daqueles entes sertanejos.

Nesse sentido, o território vivenciado e o território administrativo não possuíam, necessariamente, os mesmos contornos. E a rede urbana que se formava correspondia a pontos de intersecção entre estas formas interpretativas dos territórios.

4. Um moderno pensar sobre o território.

Duas imagens de sertão coexistiram. Uma enquanto território, habitat e contexto qualificador das práticas e sociabilidade; outro como espaço a ser dominado, incorporado e transformado.

As Reformas Pombalinas, no Século XVIII, alteraram o quadro administrativo português e, por consequência, sua especial atenção à colônia brasileira se fez sentir rapidamente. Os interesses em manter a produtividade econômica infligia na necessidade da desvinculação das ordens religiosas, especialmente a Companhia de Jesus, cuja atuação passava a afetar diretamente os propósitos econômicos da Coroa.

Buscava racionalizar, padronizar a administração, a organização militar e colocar a educação sob a alçada do Estado. Suas preocupações voltavam-se às diferenças étnicas, especialmente o idioma, em que o uso da língua geral era visto como barreira à formação de uma unidade administrável.

Os centros de mineração em Minas Gerais foram alvos de uma grande atenção do governo, sobre os quais se faziam presentes medidas de controle, fiscalização, cobrança de tributos sobre a produção e circulação do

ouro. Infraestruturas e a opulência da população marcavam estes núcleos, os grandes centros urbanos da América Portuguesa.

Os impulsos progressistas de Marquês de Pombal se refletiram também com a restauração da autonomia administrativa da Capitania de São Paulo, como já comentado, tendo D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, o quarto Morgado de Mateus, assumido o governo e dado continuidade aos propósitos centrais da Coroa.

Uma política de centralização da população e produtividade econômica se iniciou, tendo por sustento a fundação de novos núcleos administrativos — as vilas e freguesias. Impulsionou a monocultura canavieira e, mesmo que inicialmente em ritmo menos acelerado, fomentou sobre o sertão as primeiras ações visando romper com o quadro existente e promover uma unidade — social e territorial — frente a uma população tão dispersa e a um território pouco rentável à Coroa. Esse quadro de sobreposição e interação também era marcado pelo estranhamento mútuo o que acabou provocando situações de resistência às ações do “outro”.

A produção de um território moderno estava vinculada às questões sociais, fossem elas de ordem interna ou externa. Por social, aqui entendemos os aspectos políticos, econômicos e culturais que, de maneira relacionada, interagem na história humana, podendo, ora um, ora outro, destacar-se mais em certos contextos.

O sertanejo, a seu modo, era organizado política, cultural e economicamente; a espacialidade de suas práticas permitia-lhe a compreensão de seu território, apesar da mobilidade que apresentavam. Conferiam sentido e orientação às suas atuações e deslocamentos, de modo associado ao imaginário e crenças, o que fazia com que os limites de seu território fossem facilmente redefinidos. Enquanto território, era um artefato social (Reis Filho, 2010), porém produzido mediante um sistema de objetos e ações diferentes daqueles existentes na cultura do ente civilizador.

O mito, a religião e a superstição eram desconstruídos frente à racionalização do conhecimento e às ideias progressistas, que acabavam por ressignificar desde a paisagem até o próprio indivíduo que nela habitava.

Ao voltar o olhar para a Paisagem Mogiana, temos que, aos olhos do colonizador europeu, todas aquelas simbologias e etnoterritorialidades eram vistas como um quadro a ser superado mediante uma desejada unidade administrável e controlável — um mal a ser tratado pelo uso da razão. Daí então a importância do termo “sertão” enquanto uma forma de atribuir valor e significado ao que momentaneamente era desconhecido, mas se planejava conhecer, ocupar e dominar.

Em perspectiva colonizadora, podemos entender então que o “habitat místico do sertanejo mogiano” passava a ser, ainda mais reforçado enquanto “sertão”, pois o emprego deste termo correspondia ao que Antonio Carlos Robert Moraes (2016) comentou ser uma crítica à sua situação atual e/ou uma meta para a sua transformação.

A busca pelo conhecimento racional do território e a sua dominação conduziu à ação dos engenheiros militares quanto à elaboração das muitas cartografias e mapas corográficos que eram produzidos segundo temáticas;

A inserção da lavoura cafeeira propulsou novos avanços tecnológicos e uma nova camada de ressignificação, referente a capacidade produtiva das terras. Deste modo, o contínuo processo de dilatação das fronteiras conferia a outras áreas a denominação de sertão.

Nesta perspectiva de ressignificações, o ano de 1850 se apresentou como importante marco cronológico devido a promulgação da Lei de Terras — correspondendo ao interromper da prática de concessão de terras por sesmarias e o fim de uma estrutura secular de lida do território.

A possibilidade da comercialização de glebas rompeu por definitivo a lógica de mobilidade sertaneja, pois o deslocamento passou a ser precedido pela aquisição de glebas. Assim, os vínculos com a terra e o território foram redefinidos para noção de propriedade, promovendo a fixação e mais intenso enraizamento da população, sem a possibilidade de retorno às antigas estruturas.

Somou-se a este cenário a rede técnica, destacando-se os correios e telégrafos que promoveram o desmonte da antiga lógica de comunicação pautada no deslocamento humano.



Figura 4. Linhas de postais em Minas Gerais. Fonte: Arquivo Público Mineiro, sobre o qual foi assinalado o limite da comunicação em relação a paisagem mogiana.

Este quadro de transformações progressistas também cingiu sobre a paisagem situações de intersecções mais acentuadas entre o território das vivências e o território administrativo, na medida em que a os avanços científicos participaram da reconfiguração da própria rede urbana. Com as novas dinâmicas, observou-se a elevação de antigos bairros à condição de vilas ou freguesias, dado o desenvolvimento social nele verificado. Contudo, o quadro oposto também foi observado — freguesias que apresentaram expressiva estagnação econômica justificada pelo distanciamento destas das novas redes de comunicação e comércio.

Nem toda aparente estagnação era consequência do distanciamento, dado a verificação de grupos sociais que preferiam manter as tradições locais enquanto forma de manutenção da identidade de sua comunidade.

A instalação das linhas ferroviárias também participou do conjunto de fatores determinantes ao rompimento com as antigas estruturas. Representaram a possibilidade do deslocamento de pessoas, bens e produtos entre as regiões cada vez mais apartadas e o porto. A partir da segunda metade do século XIX, o desenrolar dos avanços científicos e tecnológicos levou a um novo contexto de transformações ainda mais rápidas e dinâmicas.

5. Conclusão

Esta paisagem culturalmente multifacetada fomentou o forjar de uma noção de urbano compatível ao modus operandi existente no sertão. Como camadas sobrepostas, verificou-se momentos de intersecções e distanciamentos marcados pelos encontros, conflitos, diálogos, resistências e ressignificações.

A compilação das informações levantadas permitiu observar aquilo que Milton Santos (2007) abordou como sendo o território vivenciado, delimitado pelas práticas sociais e relações entre indivíduos e meio em que habitam.

Nesse sentido, a Serra de Mogyguassu se mostrou como elemento físico-geográfico balizador e pontuador das transformações que gradativamente foram ocorrendo naquela paisagem que transformava não apenas o imaginário mas o próprio modo de ser sertanejo.

O processo de fixação e enraizamento desses entes sertanejos correspondeu ao início de um novo processo de reestruturação sem mais retornos, fomentado por uma noção de urbanidade culturalmente herdeira e plural.

Esta urbanidade regionalista guardava consigo traços culturais rústicos, que justificavam a sua espacialidade e a forma de organização da sociedade em torno de comunidades, onde a produção e a genealogia os definiam enquanto grupo.

Lendas e mitos foram gradativamente desconstruídos, cedendo espaço aos saberes científicos; marcando três importantes fases desse processo de construção e reconfiguração da paisagem mogiana.

Ao final, ela foi administrativamente dividida entre os domínios territoriais paulista e mineiro, preservando-se assim até finais do século XIX. Uma unidade identitária ainda posteriormente afetada pelos avanços industriais. Estes inseriram cada uma das respectivas porções (paulista e mineira) em lógicas de produção diferenciadas, passando elas a interagir predominantemente com a dinâmica de seu território administrativo.

Referências

- D'Abbeville, C. (1945). *História da missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. São Paulo : Livraria Martins.
- Afonso, G. B. (2004). *A impressionante Astronomia dos índios brasileiros*. Disponível em: <<http://anovademocracia.com.br/no-18/835-a-impressionante-astronomia-dos-indios-brasileiros>>. Acesso em: 02 mar. 2018.
- Anchieta, J. (1560). *Cartas, informações, fragmentos, históricos e sermões*. Cartas Jesuíticas III.
- Bluteau, R. (1728). *Vocabulário português e latino*. Coimbra : Collegio das Artes da Companhia de Jesus.
- Victal, J. & Cordova, V. S. (2016). Territorialidades caipiras: o ser e a identidade do lugar. *Illuminuras*, 17 (41), 80-96.
- Caldarelli, S. B. (1983). Aldeias Tupiguarani no vale do rio Mogi-Guaçu, Estado de São Paulo. *Revista de Pre-História*, IPH-USP, São Paulo, 5:37-124.
- Cândido, A. (2017). *Os parceiros do Rio Bonito — estudo sobre o caipira paulista e a transformação*. Rio de Janeiro : Editora Ouro Sobre Azul.
- Correa, R. L. & Rosendahl, Z. (2014). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro : Editora Bertrand Brasil.
- Ellis Júnior, A. (1948). *O ouro e a Paulistânia*. São Paulo : Edusp.
- Holanda, S. B. (1995). *Raízes do Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras,
- Métraux, A. (1949a). The Guarani. In J. H. Steward (Ed). *Handbook of South American Indians*. Washington DC : Smithsonian Institution Press, v.3.
- Moraes, C. A. (2007). *Arqueologia Tupi no nordeste de São Paulo: um estudo de variabilidade arte fátual*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Moraes, A. C. R. (2003). O Sertão — um “outro” geográfico. *Terra Brasilis* [Online], 4-5 | 2003, posto online no dia 05 nov. 2012, consultado o 18 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/terrabilis/341> ; DOI : 10.4000/terrabilis.341.
- Santos, M. (2007). *A Natureza do Espaço — Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo : Edusp.
- Santos, H. G. dos, Jacomine, P. K. T., Anjos, L. H. C. dos, Oliveira, V. A. de, Lumbreras, J. F., Coelho, M. R., Almeida, J. A. de, Araujo Filho, J. C. de, Oliveira, J. B. de, & Cunha, T. J. F. (2018). *Sistema Brasileiro de Classificação de Solos* (5. ed. rev. e ampl.). Brasília : Embrapa. (Embrapa Solos).
- Staden, H. (1900). *Viagens e cativos entre os selvagens do Brasil*. São Paulo : Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Ed. Comemorativa.
- Pontes, H. (2004). *A poesia das águas: retratos escritos de Poços de Caldas*. Poços de Caldas : Ed. Sulminas.

Polito, J. A. (2013). *Territórios de civilidade: o papel das Mogis na formação e reestruturação do leste paulista, século XVII-XIX*. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

Polito, J. A. (2018). *Paisagem Mogiana: transitoriedades e resistências na constituição de um território*. Tese (Doutorado em Urbanismo) Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

Reis Filho, N. G. (2010). *Dois Séculos de Projetos no Estado de São Paulo. Grandes Obras e Urbanização (1800-1889)*. São Paulo : Edusp.

Souza, L. M. T. M. (2014). As visões da anaconda: a narrativa escrita indígena no Brasil. *Revista Semear*, Rio de Janeiro, v. 7. Disponível em: <http://www.letras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/7Sem_16.html> Acesso em: 02 mar. 2018.

Queiroz, M. I. P. (1973). *Bairros rurais paulistas*. São Paulo : Editora Duas Cidades.